

NUNAN, A. Violência Doméstica entre Casais Homossexuais: o segundo armário? *PSICO*, v. 35, n. 1, 2004. p. 69-78.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS HOMOSSEXUAIS:
O SEGUNDO ARMÁRIO? ¹

Adriana Nunan (*)

INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, quando o movimento de emancipação feminina fez com que a sociedade começasse a discutir o problema da violência doméstica, pesquisas científicas, campanhas de saúde pública, programas de televisão, novelas e filmes têm difundido largamente este tema, não obstante a análise do fenômeno centrar-se na agressão cometida por homens em relação à suas parceiras heterossexuais. Apesar de existir bibliografia sobre violência doméstica entre homossexuais desde 1980, decorrente, em grande parte, dos ganhos obtidos pelo movimento homossexual, esta ainda é geralmente percebida como um problema heterossexual (Farley, 1996). De acordo com Coleman (1994), apenas a partir da década de 90 é que a violência ocorrida em relacionamentos gays e lésbicos começou a ser efetivamente pesquisada, em que pese um considerável grau de resistência em tratar do assunto, tanto por parte da comunidade homossexual (que teme reforçar estereótipos negativos sobre os relacionamentos homossexuais) quanto pela sociedade em geral (dado que ele questiona o pressuposto feminista de que a violência doméstica é causada por sexismo e relações de gênero desiguais). Enquanto que a discriminação e os crimes cometidos contra homossexuais são um problema reconhecido tanto pela comunidade gay quanto por grande parte da sociedade (Mott, 2003), estas agressões tendem a encobrir o problema ainda mais grave da violência doméstica homossexual, que, de acordo com Island e Letellier (1990), pode ser considerada um dos três riscos mais importantes à saúde dos homossexuais, ficando atrás apenas do HIV e do abuso de álcool e drogas. Vale apontar que, ao contrário do que ocorre com a maior parte da bibliografia sobre homossexualidade, o número de pesquisas sobre violência doméstica entre lésbicas é consideravelmente maior do que os estudos

¹ Utilizamos a expressão "segundo armário" em referência ao termo norte-americano "*to come out of the closet*" (sair do armário), que significa assumir a homossexualidade. A assunção da homossexualidade seria, assim, o "primeiro armário", enquanto que a admissão da existência de violência doméstica entre casais homossexuais caracterizaria o "segundo".

que se baseiam exclusivamente em homossexuais masculinos. Esta diferença no número de estudos pode ser explicada, em parte, pela constatação de que as lésbicas estão envolvidas no movimento de emancipação feminina desde seu início, aliado ao fato de que os homossexuais masculinos parecem ter concentrado seus esforços no controle da epidemia do HIV (Elliot, 1996). Talvez por este motivo é que, somente a partir da década de 90, quando a epidemia de AIDS se tornou, de certa forma, controlada, se começou a falar também em violência doméstica entre casais gays.

AS SEMELHANÇAS

De um modo geral, definimos violência doméstica entre casais como qualquer agressão física, sexual e/ou psicológica através da qual um indivíduo tenta estabelecer e manter controle e poder sobre seu parceiro (Farley, 1992). Agressão física pode ser caracterizada por qualquer comportamento, que utilize força física, cuja conseqüência são danos corporais ou destruição de propriedade; a agressão sexual está relacionada a atos sexuais não-consensuais ou que visam humilhar o parceiro com relação a seu corpo, desempenho sexual ou sexualidade; enquanto que a psicológica tende a se manifestar através de intimidação, humilhação, ameaças, agressões verbais, isolamento social e dependência financeira forçada (Lehman, 1997).

Segundo Ganley (1995), o que caracteriza a violência doméstica é que esta não é um incidente isolado ou individual, mas sim um padrão de eventos que se repetem de forma cíclica. Desta forma, o relacionamento pode começar de forma amorosa, mas gradualmente a tensão entre os parceiros aumenta até o momento em que um ato de violência (física, sexual ou psicológica) ocorre. O parceiro agredido se surpreende e o relacionamento passa para a fase chamada de “lua-de-mel”, onde o agressor se mostra arrependido, amoroso e atento. Neste momento, a vítima passa a acreditar que a violência foi um incidente isolado que não se repetirá, mas quando a tensão no relacionamento aumenta de novo, o ato violento volta a ocorrer. Segundo este autor, as agressões se tornam mais graves e ocorrem com uma freqüência cada vez maior a medida em que o relacionamento se torna mais duradouro, podendo ou não culminar em assassinato. Torna-se importante ressaltar, no entanto, que enquanto a violência física ou sexual possa ocorrer esporadicamente, agressões psicológicas tendem a acontecer diariamente. Isto significa que deve-

se estar atento para a violência doméstica que ocorre dentro de um contexto, que inclui tanto agressões visíveis como elementos mais sutis de coerção.

Com relação aos fatores que propiciam o aparecimento de violência doméstica, pode-se dizer que esta parece estar associada a uma história de violência prévia, isto é, tanto agressores como vítimas podem ter sido agredidos enquanto crianças ou ter visto seus pais serem agredidos. São também citados como facilitadores elementos tais como abuso de álcool ou drogas, doenças mentais, baixa auto-estima, habilidades comunicacionais pobres, baixo controle do impulso agressivo, diferenças de poder e status entre os membros do casal e situações de vida estressantes ou frustrantes, sobretudo aquelas que provocam mudanças nos papéis do casal. Importante apontar também que apesar da violência doméstica ser mais visível em classes sociais baixas, ela é um fenômeno presente em todos os extratos econômicos, educacionais e raciais (Rosenbaum e Maiuro, 1990; Gomes, 2003).

No que se refere às respostas exibidas pelos membros do casal, Walsh (1996) postula que a vítima se sente isolada, vulnerável e presa à sua situação. Por este motivo, tende a trivializar a violência, justifica o comportamento do agressor, insiste que pode ajudar o agressor a mudar, e acaba por se convencer de que a violência é, de algum modo, culpa sua, e que poderia ter sido evitada se ela soubesse como agir. Em muitos casos sente vergonha, pois pode acreditar que o fracasso de seu relacionamento simboliza seu fracasso enquanto indivíduo. O agressor com frequência nega sua responsabilidade pela violência, culpando a vítima ou a situação por sua ocorrência, podendo, inclusive, negar a própria existência do comportamento violento.

De acordo com pesquisas realizadas nos Estados Unidos, a violência doméstica entre casais homossexuais ocorre aproximadamente entre 12% a 39% dos relacionamentos (Waterman et al., 1989; Waldner-Haugrud et al., 1997; West, 1998; Burke et al., 1999; Tjaden et al., 1999; Greenwood et al., 2002), estimativas similares à violência sofrida por mulheres heterossexuais (Straus e Gelles, 1990; Plichta e Weisman, 1995; Wilt e Olson, 1996; Jones et al., 1999; Cohen et al., 2000; Coker et al., 2000). No caso brasileiro, não fomos capazes de encontrar pesquisas, artigos ou literatura sobre este tema, com exceção de um pequeno manual produzido pelo Grupo Gay da Bahia (Mott, 2002) destinado à esclarecer a população homossexual a respeito da existência deste fenômeno. No que se refere à violência doméstica cometida contra a mulher no Brasil, também constatamos uma escassez de pesquisas, não existindo estatísticas nacionais

oficias sobre este problema. Os estudos nacionais encontrados, no entanto, apresentam índices de violência doméstica homossexual similares aos norte-americanos.

Schraiber et al. (2002) postulam que 36% de sua amostra de mulheres atendidas em uma unidade básica de saúde haviam sido maltratadas, humilhadas ou agredidas por parceiros, enquanto que uma pesquisa divulgada no mesmo ano pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo aponta para o fato de que 29% a 37% das mulheres de sua amostra haviam sofrido violência física ou sexual cometida por um parceiro ou ex-parceiro². Dados obtidos através do relatório Violence Against Women: a priority health issue de 1997, publicado pela Organização Mundial de Saúde, são ainda mais alarmantes: segundo o relatório entre 16% e 52% das mulheres são agredidas por seus parceiros. Fazemos a ressalva, no entanto, de que os dados levantados pela OMS indicam índices de violência muito acima dos encontrados por outras pesquisas e, por este motivo, devem ser analisados com cautela. Uma explicação para este fenômeno seria de que, enquanto a maioria das pesquisas existentes sobre violência doméstica entre casais provêm dos Estados Unidos, a OMS incluiu em sua pesquisa dados sobre países em desenvolvimento, o que pode ter aumentado significativamente o percentual de mulheres agredidas.

Devemos lembrar, por último, que se dados sobre a violência cometida contra a mulher são difíceis de levantar, estatísticas confiáveis sobre violência doméstica entre casais homossexuais são ainda mais escassas. Primeiramente, não existem dados demográficos oficiais sobre a população homossexual, o que faz com que qualquer informação sobre estes indivíduos seja necessariamente incompleta ou falha em algum aspecto (Nunan, 2003). Em segundo lugar, mesmo pesquisas com amostras razoavelmente representativas de homossexuais tendem a não investigar aspectos relacionados à violência doméstica, devido à disseminação da ideologia de que este tipo de agressão ocorre apenas entre casais heterossexuais, onde o homem é sempre o agressor.

² Jornal do CREMESP (Conselho Regional de Medicina de São Paulo), n. 185, janeiro de 2003.

AS DIFERENÇAS

Não obstante o fenômeno da violência doméstica entre casais heterossexuais e homossexuais apresentar uma série de semelhanças, apontadas acima, uma importante diferença entre estes dois grupos se refere ao preconceito sexual experienciado por gays e lésbicas. De acordo com diversos autores (Walsh, 1996; Lehman, 1997), o preconceito sexual, tanto institucionalizado, quanto internalizado, afeta sobremaneira a dinâmica da violência doméstica entre casais homossexuais. Deste modo, antes de prosseguir com nossa exposição, faz-se necessário definir estes conceitos para melhor compreender de que forma eles impactam a vida de gays e lésbicas. Assim, definimos preconceito sexual como atitudes negativas direcionadas a um determinado indivíduo (ou grupo) por causa de sua orientação sexual. Neste caso, o alvo do preconceito pode ser tanto uma pessoa homossexual, bissexual ou heterossexual, apesar do fato de que, dada a atual organização da sociedade, o termo ser mais aplicável ao preconceito contra homossexuais (Herek, 2000). O preconceito sexual pode ainda ser dividido em dois tipos: institucionalizado (no qual determinados indivíduos ou estruturas sociais discriminam os homossexuais) e internalizado (que surge quando o próprio sujeito teme, odeia e rejeita sua homossexualidade).

Com relação ao preconceito institucionalizado, pesquisas realizadas nos Estados Unidos indicam que mais de 40% dos norte-americanos têm preconceitos contra homossexuais, não querendo se associar de forma alguma a esta parcela da população (Bhat et al., 1996; Kates, 1998). Apesar de não existirem estudos brasileiros definitivos, estima-se que a grande maioria da população heterossexual nacional apresente algum grau de preconceito contra homossexuais, acreditando que a homossexualidade é errada ou inaceitável (DaMatta, in Mazzaro, 1999). De acordo com Mott (1996), os homossexuais no Brasil contam com uma rejeição de 78% entre a população geral e 82% entre formadores de opinião (incluindo políticos, juristas, executivos, comunicadores e membros da Igreja). Dados levantados por uma pesquisa realizada pelo Instituto Mori Brasil em 1998 confirmam o preconceito contra homossexuais na população brasileira (Cruz e Vieira, 1999; Velloso, 1999), assim como os números da violência contra gays e lésbicas. Em 2002, por exemplo, foram assassinados 126 homossexuais, crimes cujo principal motivo foi a orientação sexual da vítima (Mott, 2003). Vale ressaltar que o preconceito contra homossexuais é admitido abertamente, ao contrário do racismo. Nestes casos, os homossexuais são

freqüentemente taxados de anormais, imorais, pecadores, marginais, pedófilos, promíscuos, doentes, efeminados, complicados e pouco confiáveis (Simon, 1998; Wolfe, 1998). A AIDS é considerada uma “doença gay”, e é comum ouvir dizer que a epidemia “veio para punir estes pervertidos”. Conseqüentemente, os homossexuais são profundamente discriminados e tem seus direitos humanos violados em diversos setores da sociedade, incluindo o ambiente doméstico-familiar, acesso a trabalho e moradia, locais públicos, instituições escolares e diversos órgãos governamentais, tais como a polícia e o exército (Helena, 1999; Rodrigues, 2000).

De um modo geral, podemos dizer que o preconceito contra homossexuais afeta a violência doméstica entre casais de gays e lésbicas de diversas maneiras. Em primeiro lugar, o parceiro que é vítima de violência pode ter dificuldade em encontrar apoio externo, tanto por parte de sua família, quanto por parte de instituições tais como polícia, serviços legais e sociais, grupos especializados em violência doméstica, médicos e psicólogos. Em uma cultura onde a homossexualidade carrega um grau elevado de estigma, assumir-se como vítima de violência doméstica perpetrada por um parceiro do mesmo sexo torna-se extremamente difícil. Some-se a isso o preconceito e a falta de treinamento e experiência que estas mesmas instituições possuem com relação à homossexualidade, em primeiro lugar, e à violência doméstica ocorrida entre casais homossexuais, em segundo.

O preconceito internalizado entre homossexuais aparece ainda como mais um complicador neste fenômeno. Se por um lado o indivíduo não aceita passivamente as visões negativas da sociedade com relação à sua sexualidade, estereótipos de que os homossexuais são seres humanos inferiores, que possuem defeitos de caráter moral, são tão difundidos que se torna difícil deixar de internalizá-los em algum grau (Crocker et al., 1998; Gaines, 2001). Gays que internalizam estas crenças podem se sentir inferiores aos heterossexuais e incapazes de alcançar objetivos que contradigam o preconceito. Em outras palavras, pode-se dizer que quando o estereótipo é muito forte ou pernicioso, membros do grupo alvo tendem a aceitá-lo e incorporá-lo à sua auto-imagem, fazendo com que sentimentos negativos com relação à própria orientação sexual sejam generalizados para o self como um todo. De acordo com Margolies et al. (1987), é bastante incomum que homossexuais procurem psicoterapia apresentando como queixa principal o preconceito internalizado: este freqüentemente aparece na forma de sintomas e em conjunção com uma série de outras queixas. Assim, o preconceito sexual internalizado pode ir desde questionamentos sobre seu próprio valor enquanto indivíduo até o ódio por si mesmo,

provocando, entre outros, depressão, sentimentos de culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, vergonha, isolamento social, dificuldade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, hostilidade, abuso de álcool ou drogas, distúrbios alimentares e comportamento ou ideação suicida (McKirnan e Peterson, 1989; Atkins, 1998). Dificulta, igualmente, a adoção de uma identidade gay positiva e, no caso de sofrerem algum tipo de discriminação ou violência, estes indivíduos tendem a colocar a culpa em si mesmos (pois acreditam que mereceram o castigo), o que diminui ainda mais sua auto-estima.

Diversos autores (Coleman, 1994; Vickers, 1996; Lehman, 1997) também postulam que o preconceito internalizado é um fator extremamente relevante na violência doméstica entre casais homossexuais, afetando tanto o agressor como a vítima. No caso do agressor, o preconceito internalizado pode fazer parte de uma baixa auto-estima ou inadequação sexual que o indivíduo procura aumentar exercendo poder sobre seu parceiro (Byrne, 1996; Curtis, 2002). Também pode ocorrer que o parceiro represente elementos de sua própria identidade sexual, aspectos estes com os quais o agressor se sente desconfortável. No caso da vítima, o preconceito internalizado pode fazê-la acreditar que o relacionamento, em si mesmo, é errado - uma manifestação de sua sexualidade “doentia” - , que a violência é apenas um outro aspecto de uma relação “perversa”, fadada ao fracasso, e que ela é, de alguma forma, merecedora ou culpada pela violência. Na verdade, o mito de que a vítima é, de alguma forma, culpada pela violência, está presente tanto em relacionamentos heterossexuais como em homossexuais. Compartilhado pelo agressor, pela vítima e pela sociedade de um modo geral, esta crença se apresenta como um dos principais fatores que impedem um indivíduo de abandonar uma relação violenta.

Vale apontar que o raciocínio de que a vítima mereceu a violência é motivado por um desejo de ver o mundo como um lugar justo, onde as pessoas recebem aquilo que merecem (Lerner, in Aronson, 1999). Desde a infância somos ensinados que o bem, o trabalho árduo e a virtude são recompensados, enquanto que o mal, a preguiça e a imoralidade não são. A partir dessas premissas, segue a idéia de que as pessoas que prosperam devem ser boas e as que sofrem devem merecer seu destino. Qualquer acontecimento negativo difícil de explicar deve ser, assim, culpa da personalidade ou do comportamento do indivíduo. Ao que parece, a maioria das pessoas se sente ameaçada de viver em um mundo onde determinados indivíduos, por circunstâncias que fogem de seu controle, sejam agredidos ou privados daquilo que eles merecem ou precisam. Este autor também sugere que apenas observar uma pessoa se tornar vítima inocente de abusos físicos

ou verbais é suficiente para fazer o indivíduo parecer menos digno, principalmente quando os observadores são impotentes para alterar o destino da vítima.

Tal como vimos acima, em situações de violência doméstica entre casais, o preconceito sexual provoca diferenças na forma pela qual os homossexuais são tratados pela sociedade, no modo como compreendem seu relacionamento e na opção que fazem, ou não, de procurar ajuda. Devemos apontar, ainda, para o fato de que o preconceito sexual também está relacionado com duas dinâmicas muito características da violência doméstica entre casais homossexuais: a ameaça de revelação da homossexualidade e a soropositividade. Deste modo, uma forma adicional de violência psicológica que pode ser experienciada por homossexuais é a ameaça que o agressor faz de revelar a orientação sexual de seu parceiro para familiares, amigos e chefes, caso este não ceda à suas demandas de controle e poder (Island e Letellier, 1991; Lundy, 1993). Neste sentido, não podemos subestimar o medo que advém da possibilidade de perder conexões humanas valiosas, assim como de ter problemas relacionados com a custódia de filhos pequenos, e perda de emprego ou moradia. No caso do parceiro já ter assumido sua homossexualidade, o agressor pode convencê-lo de que, caso decida procurar ajuda para sair da relação, as pessoas serão preconceituosas e pouco prestativas, o que, tal como foi exposto anteriormente, possui uma grande probabilidade de ocorrer.

Além da violência doméstica entre casais homossexuais ocorrer em um contexto de preconceito sexual, diversos autores sugerem que este fenômeno também é fortemente afetado pelo status de contaminação pelo vírus do HIV, tanto do agressor quanto da vítima, atuando como um poderoso elemento estressor que precipita incidentes de violência, simultaneamente dificultando que a vítima abandone o agressor (Letellier, 1994; Cruz e Firestone, 1998). Nos casos em que um ou ambos parceiros são HIV positivo, as constantes agressões físicas e sexuais podem tornar-se letais (Warters, 1989). De acordo com alguns estudos, homens HIV positivo possuem maiores chances de serem agredidos física e psicologicamente, situações nas quais o agressor ameaça de revelar a soropositividade do parceiro, restringe acesso a medicação e serviços médico-assistenciais, ou acusa o parceiro de ter contraído o vírus (Merrill e Wolfe, 2000; Zierler et al., 2000; Greenwood et al., 2002). A vítima HIV positivo também pode continuar na relação por medo de desenvolver AIDS e morrer sozinha, e, caso tenha um grau elevado de preconceito internalizado, este pode ser potencializado pelo preconceito contra portadores do vírus HIV, diminuindo, ainda mais, sua disposição interna para abandonar o relacionamento. Nas

situações em que o agressor é HIV positivo, seu parceiro pode se sentir culpado de abandoná-lo, ou interpretar a violência como uma consequência da doença ou de efeitos colaterais do coquetel de remédios (Curtis, 2002). Com frequência, o agressor HIV positivo finge estar doente para evitar que o parceiro o abandone, ou volte para cuidar dele, caso já tenha abandonado a relação. De acordo com Letellier (1996), em casos mais graves, o agressor deliberadamente contamina seu parceiro.

OS MITOS

De um modo geral, a violência doméstica entre casais homossexuais é um assunto cercado de uma série de mitos que precisam ser reconhecidos e desconstruídos, na medida em que afetam a atitude dos indivíduos frente às suas dificuldades e nossa disposição, enquanto sociedade, de prover serviços adequados para este setor da população. Dentre os mitos mais comuns com relação a este tema, dois surgem com bastante frequência: a agressão é sempre cometida por um homem contra sua parceira mulher, e os homossexuais têm mais facilidade em terminarem seus relacionamentos do que casais heterossexuais.

O mito de que a agressão é sempre cometida por um homem contra sua parceira mulher se baseia em dois pressupostos distintos: a idéia de que homens nunca são vítimas de violência doméstica e de que mulheres não são violentas. Em primeiro lugar, aceitar que alguns homens podem ser vítimas (tanto de outros homens como de mulheres) contradiz todos nossos estereótipos sobre masculinidade. *“Um homem jamais deve ser submisso, medroso (indício de covardia), sentimental. Deve resistir à dor sem reclamar muito (‘homem não chora’); deve ter porte altivo, ‘ másculo’, e olhar que nunca se abaixa diante do desafio de outro homem.”* (Sabino, 2000, p. 92). Assim, em algumas ocasiões, considera-se aceitável que um homem seja violento e, caso seja agredido, deve ser capaz de defender-se (Califia, 1986; Island e Letellier, 1991). No caso da violência entre lésbicas a negação de que uma mulher possa agredir outra parece ser ainda mais grave, pois esbarra no discurso feminista de que a violência doméstica é decorrente das diferenças de poder entre os gêneros. Se nossa sociedade tem dificuldade em responsabilizar homens por serem violentos, acusar uma outra mulher de agressão torna-se, muitas vezes, impensável.

Em segundo lugar, uma decorrência do mito acima é acreditar que o agressor é sempre maior, mais forte e mais “masculino”. Esta crença, que advém da nossa experiência com a

violência doméstica heterossexual, assim como de atitudes a respeito de papéis de gênero tradicionais, faz com que desenvolvamos estereótipos de como agressores e vítimas devem ser e agir. Além deste mito estar baseado apenas nos aspectos físicos da violência doméstica, ele nos faz esquecer que a violência, de um modo geral, se refere a controle e poder, não a tamanho ou força. Este tipo de raciocínio também dificulta identificar, durante uma briga, quem está agredindo e quem está sendo agredido, não sendo incomum que, ao presenciar cenas de violência entre homossexuais, pensemos que a situação é apenas “uma briga de casal” ou uma “briga justa entre iguais”. Enquanto que é verdade que determinados indivíduos, denominados por alguns autores de “participantes”, reagem às agressões, a violência doméstica nunca é mútua (Island e Letellier, 1991; Marrujo e Kreger, 1996). Ao passo que o agressor utiliza violência para controlar seu parceiro, este reage da mesma maneira para se defender ou tentar parar a agressão (Burstow, 1992). Neste sentido, devemos lembrar que a violência doméstica não é um problema de gênero, mas sim uma questão de poder. Mesmo quando duas pessoas são do mesmo gênero, diferenças de poder (derivadas, por exemplo, da dinâmica inerente à relação, status financeiro, classe social, escolaridade, raça, grau de assunção da homossexualidade ou contaminação pelo vírus do HIV), existem e podem ser usadas como mecanismos para controlar o parceiro.

A definição da violência doméstica como um problema heterossexual, as campanhas de educação do público nesse sentido, assim como as crenças e estereótipos citados acima, fazem com que homossexuais que se encontram em relações agressivas tenham dificuldade em definir seus problemas como decorrentes de violência doméstica. E, mais grave ainda, com poucos modelos positivos de relacionamento homossexual nos quais se basear, podem acabar acreditando e aceitando a violência como uma forma “normal” de relacionar-se (Vickers, 1996). *“A falta de modelos saudáveis de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo permite aos abusadores convencer seus parceiros de que seu comportamento (abusivo) é normal. A vítima é levada a crer que qualquer problema que ela tenha com este comportamento é um reflexo de sua falta de experiência ou entendimento dos relacionamentos homossexuais.”* (Lehman, 1997, p. 56; tradução nossa).

No que se refere ao mito de que os homossexuais têm mais facilidade em terminarem seus relacionamentos do que casais heterossexuais, pode-se dizer que, de um modo geral, indivíduos não familiarizados com a dinâmica inerente ao fenômeno da violência doméstica com frequência acham inconcebível que a vítima não termine o relacionamento assim que as agressões começam.

Apesar desta parecer ser a solução mais “óbvia”, terminar o relacionamento é, na maioria dos casos, a decisão mais difícil de ser tomada. Em primeiro lugar, a vítima é, muitas vezes, dependente financeira e/ou emocionalmente de seu parceiro. Pode, igualmente, minimizar a gravidade da violência, acreditar no mito de que ela é responsável ou merecedora da agressão, que o parceiro a ama e de que a violência diminuirá com o tempo.

Da mesma forma, estes indivíduos podem não ter a quem recorrer. Dado que o agressor com freqüência isola seu parceiro de contatos com familiares e amigos, é possível que estes não estejam a par da situação ou que se recusem a acreditar nela. Não é incomum que familiares e amigos se neguem a aceitar a realidade da violência, critiquem ou culpem a vítima por sua ocorrência e a encorajem a voltar para o agressor, sugerindo-lhe resolver o “problema” com seu parceiro. Por outro lado, optar por afastar-se do agressor pode significar deixar para trás objetos pessoais, moradia, emprego e cidade. Abandonar uma situação de violência doméstica requer auto-estima, coragem, autoconfiança e apoio externo, elementos que foram sendo pouco a pouco minados pela convivência com o agressor. Por outro lado, as ameaças se tornam mais freqüentes quando a vítima decide terminar a relação e, de modo geral, incidentes de violência doméstica tendem a aumentar (chegando inclusive a casos de assassinato) depois que a vítima abandona o agressor (Walsh, 1996).

No caso dos homossexuais, as dificuldades em abandonar o agressor são ainda maiores. Em primeiro lugar, assumir estar em um relacionamento violento significa, na maioria dos casos, revelar sua orientação sexual para uma série de indivíduos (incluindo familiares, amigos, colegas de trabalho, chefes e estranhos de uma forma geral), atitude que muitos indivíduos preferem não tomar devido ao medo de perder relacionamentos pessoais valiosos, custódia de filhos, emprego e moradia (Elliot, 1996). Além desta dificuldade, grande parte dos homossexuais (independente de serem ou não assumidos) não podem contar com apoio e compreensão por parte de suas famílias, aliado ao fato de que a comunidade homossexual tende a negar a existência deste tipo de violência, o que aumenta ainda mais a sensação de isolamento. Por outro lado, mesmo em grandes centros urbanos, as comunidades homossexuais são relativamente pequenas, o que impede a manutenção da privacidade e o conseqüente abandono do agressor sem que a vítima possa ser facilmente achada. Mesmo que, depois de enfrentar todos estes obstáculos, a vítima decida abandonar a relação, é muito provável que esta ainda tenha que lidar com psicólogos,

assistentes sociais, médicos, advogados, juizes e policiais possivelmente preconceituosos, dada a inexistência de serviços especializados para atender às necessidades desta população.

Outro mito que se refere exclusivamente à violência entre casais homossexuais é o de que, pelo fato destes não estarem legalmente casados, a vítima teria mais facilidade (emocional e financeira) em abandonar a relação do que mulheres heterossexuais que são agredidas por seus companheiros. Este mito se baseia em preconceitos e assunções errôneas a respeito da natureza das relações amorosas homossexuais, pois casais do mesmo sexo estão tão envolvidos em seus relacionamentos quanto casais heterossexuais. Primeiramente, mesmo que alguns homossexuais não estejam economicamente ligados a seus parceiros, muitos, de fato, dependem financeiramente destes. No caso do casal coabitar a algum tempo é bastante provável que este tenha adquirido bens em comum, tais como carros e casa, por exemplo, e fazer a divisão destes bens sem qualquer amparo legal torna-se extremamente complicado. Em segundo lugar, acredita-se que a existência de filhos dificulta o abandono da relação, e que o fato dos homossexuais não terem crianças pequenas vivendo com eles seria um ponto a seu favor. Esta crença é refutada por uma série de autores (Badgett, 1998), que postulam que aproximadamente 32% dos homossexuais são pais ou cuidam de crianças menores de 18 anos. Vale lembrar que a violência doméstica possui um impacto profundo em crianças, independente destas também serem ou não agredidas, e visto que o reconhecimento da existência de pais homossexuais é um fenômeno relativamente recente, a literatura sobre os prejuízos da violência doméstica entre casais gays sobre crianças é praticamente inexistente.

Em terceiro lugar, é preciso refutar os mitos de que todos os homossexuais são promíscuos, que seus relacionamentos são sexuais (mas não amorosos), e que estes indivíduos são incapazes de estabelecer relações amorosas duradouras. Indo de encontro a estes estereótipos, estatísticas norte-americanas mostram que 39% dos homossexuais coabitam com seus parceiros (em contraposição a 44% da população heterossexual que é casada) e que relacionamentos de 20 anos ou mais de duração não são incomuns (Peplau e Gordon, 1991; Wilke, 1998). Ao contrário de casais heterossexuais, no entanto, gays e lésbicas tendem a estar mais alienados de suas famílias de origem devido ao preconceito e à estigmatização associadas à sua orientação sexual. Assim, homossexuais dão ainda mais valor a seus relacionamentos, visto que estes podem ser suas únicas fontes de suporte emocional. Neste sentido, pode-se dizer que o rompimento com um parceiro pode ser considerado um dos eventos de vida mais estressantes para os homossexuais.

Vivendo em uma sociedade fortemente preconceituosa, é comum que casais homossexuais descrevam seus relacionamentos como tendo uma qualidade de “nós contra o mundo”, o que fortalece os vínculos entre os sujeitos. Quando estes relacionamentos se tornam violentos, muitos gays e lésbicas sentem vergonha e desapontamento, pois acreditam que não foram capazes de refutar o estereótipo de que as relações homossexuais são, em si, perversas, e portanto inevitavelmente fadadas ao fracasso.

O SEGUNDO ARMÁRIO?

Levando em consideração que o preconceito sexual na nossa sociedade faz com que muitos indivíduos neguem a existência de relacionamentos homossexuais estáveis, admitir a realidade de que alguns destes casais possam estar envolvidos em situações de violência doméstica torna-se quase inimaginável. Some-se a isso o fato de que a comunidade homossexual, de um modo geral, adota uma “conspiração do silêncio” com relação a este tema, fazendo com que a violência doméstica entre casais de gays e lésbicas se transforme em um “segundo armário”. Primeiramente, acredita-se que a discriminação sofrida por homossexuais os leve a proteger seus relacionamentos a todo custo, idealizando-os como igualitários e seguros, em contraposição aos relacionamentos heterossexuais, nos quais as diferenças de poder entre os gêneros provocariam o surgimento de problemas conjugais. Tal como visto anteriormente, se para a maioria dos homossexuais já é extremamente difícil assumir sua orientação sexual (Nunan, 2003), dar-se conta de que seu relacionamento amoroso é violento pode tornar-se um processo ainda mais doloroso. Em um sentido semelhante, mesmo depois que a existência de violência doméstica é constatada, muitos homossexuais hesitam em lidar com o problema por temor em reforçar estereótipos negativos de que a homossexualidade é uma “doença” ou “perversão”, ou pelo medo em que este tipo de informação seja usada contra o grupo, impedindo, por exemplo, ganhos legais tais como os direitos a casais do mesmo sexo e a adoção de crianças (Hamberger, 1996; Leland, 2000).

Na nossa sociedade, os conceitos de “homossexualidade” e “doméstico” são vistos de algum modo como opostos, o que faz com que o problema da violência doméstica entre casais homossexuais não seja reconhecido, provocando a quase inexistência de serviços especializados em atender este setor da população. Assim como os heterossexuais, homossexuais vítimas de violência doméstica tendem a negar a existência da agressão e raramente procuram ajuda, fato ao

qual, no caso de gays e lésbicas, soma-se o preconceito e a omissão da sociedade em aceitar a validade de seus relacionamentos (Babbitt, 1997). Desta forma, muitos homossexuais evitam procurar ajuda policial, legal, médica ou psicológica com medo de serem re-vitimizados através de discriminação, rejeição e humilhação por parte de instituições que possuem uma história de exclusão e hostilidade com relação a gays e lésbicas (Mordcin e Wyers, 1990).

No que se refere aos serviços sociais e abrigos disponíveis para vítimas de violência doméstica, devemos apontar que a maioria destas instituições se destina a acolher mulheres heterossexuais, sendo praticamente inexistentes para homens (gays ou não). Nos Estados Unidos, programas exclusivamente direcionados a gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros são escassos e limitados aos grandes centros urbanos (Snow, 1992). No Brasil, por exemplo, não fomos capazes de encontrar serviços voltados especificamente a este setor da população, ao passo em que as agências existentes não possuem um grau de conhecimento ou treinamento adequado para efetivamente servir homossexuais em relacionamentos violentos. No caso das lésbicas, acredita-se que estas poderiam utilizar serviços direcionados a mulheres heterossexuais, mas como os abrigos estão abertos para todas as mulheres é possível que a vítima não se sinta segura, visto que a agressora pode ter acesso ao local (Lundy, 1993; Ristock, 1994). O preconceito existente nestes locais também não pode ser minimizado, e muitos homossexuais acabam por se sentir desconfortáveis utilizando estes tipos de serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da violência doméstica entre casais do mesmo sexo ser um problema tão sério e prevalente quanto a violência doméstica heterossexual, o preconceito tem feito com que gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros vítimas deste tipo de agressão não tenham acesso ao apoio psicológico, social e legal que precisam para poderem abandonar estes relacionamentos (Merrill, 1996). Sem campanhas de informação adequadas ou imagens positivas de relacionamentos homossexuais, aliado ao silêncio da comunidade homossexual em discutir o tema, muitas vítimas de violência doméstica não são capazes de reconhecer seus relacionamentos como agressivos e de procurar ajuda neste sentido. Contribui para a gravidade do problema o fato de que, de acordo com Lehman (1997), o processo de socialização experienciado por homossexuais com frequência inclui estigmatização, segredo, isolamento e medo de abandono, elementos que fazem com que mesmo aqueles indivíduos que reconheçam problemas em seus relacionamentos temam em

procurar ajuda. E, tal como vimos acima, caso o façam, provavelmente não receberam assistência adequada. Desta forma, na medida em que relacionamentos homossexuais são cada vez mais aceitos e legitimados, tanto pela comunidade gay e lésbica, quanto pela sociedade mais ampla, precisamos também reconhecer a existência de violência doméstica nestas relações, desenvolvendo pesquisas e aumentando o número de serviços disponíveis tanto para vítimas quanto para agressores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aronson, E. (1999). Prejudice. In E. Aronson. The Social Animal (pp.304-363). New York: Worth Publishers/W.H. Freeman and Company.

Atkins, D. (1998). (In)Visible Bodies: weight and appearance in a lesbian, bisexual and gay community. Master Thesis. University of Iowa, Department of Anthropology.

Babbitt, W. (1997). Domestic Violence in Same Sex Relationships. Counseling Today, v. 39, n. 12.

Badgett, L. (1998). Income Inflation: the myth of affluence among gay, lesbian, and bisexual americans. The Policy Institute of the National Gay and Lesbian Task Force / The Institute for Gay and Lesbian Strategic Studies.

Bhat, S. et al. (1996). The Effect of Homosexual Imagery in Advertising on Attitude Toward the Ad. In D. L. Wardlow (ed.). *Gays, Lesbians, and Consumer Behavior: Theory, Practice, and Research Issues in Marketing* (pp. 161-176). New York: Harrington Park Press.

Burke, L. K. et al. (1999). Violence in Lesbian and Gay Relationships: theory, prevalence and correlational factors. Clinical Psychological Review, v. 19, 487-512.

Burstow, B. (1992). Feminist Therapy: working in the context of violence. California: Sage.

Byrne, D. (1996). Clinical Models for the Treatment of Gay Male Perpetrators of Domestic Violence. In C. M. Renzetti e C. H. Miley (eds.) Violence in Gay and Lesbian Domestic Partnerships (pp. 107-116). New York: Harrington Park Press.

Califia, P. (1986). Battered Lovers. The Advocate, March 4, 1986. pp. 42-45, 46.

Cohen, M. et al. (2000). Domestic Violence and Child Sexual Abuse in HIV-Infected Women and Women at Risk for HIV. American Journal of Public Health, v. 90, 560-565.

Coker, A. L. et al. (2000). Frequency and Correlates of Intimate Partner Violence by Type: physical, sexual and psychological battering. American Journal of Public Health, v. 90, 553-559.

Coleman, V. E. (1994). Lesbian Battering: the relationship between personality and the perpetration of violence. Violence and Victims, v. 9, n. 2, 139-152.

Crocker, J. et al. (1998). Social Stigma. In D. T. Gilbert; S. T. Fiske & G. Lindzey. The Handbook of Social Psychology – volume 2 (pp. 504-553). McGraw Hill.

Cruz, A. S. & Vieira, J. L. (1999). Homossexualismo – Assumir Faz a Diferença. Revista Época, n. 70, 44-51.

Cruz, J. M. & Firestone, J. M. (1998). Exploring Violence and Abuse in Gay Male Relationships. Violence and Victim, v. 13, 159-173.

Curtis, L. (2002). Domestic Violence Comes Out of The Closet. Las Vegas Mercury, April 25, 2002. pp. 1-4.

Elliot, P. (1996). Shattering Illusions: same-sex domestic violence. In C. M. Renzetti & C. H. Miley (eds.). Violence in Gay and Lesbian Domestic Partnerships (pp. 1-8). New York: Harrington Park Press.

Farley, N. (1992). Same Sex Domestic Violence. In S. H. Dworkin & F. J. Gutierrez (eds.). Counseling Gay Men and Lesbians: journey to the end of the rainbow (pp. 231-242). Vancouver: American Counseling Association.

_____. (1996). A Survey of Factors Contributing to Gay and Lesbian Domestic Violence. In C. M. Renzetti & C. H. Miley (eds.). Violence in Gay and Lesbian Domestic Partnerships (pp. 35-42). New York: Harrington Park Press.

Gaines, S. O. (2001). Coping With Prejudice: personal relationship partners as sources of socioemotional support for stigmatized individuals. Journal of Social Issues.

Ganley, A. L. (1995). Understanding Domestic Violence: preparatory reading for trainers. In S. Schechter. Domestic Violence-Child Protection Curriculum. M.S.W.

Gomes, I. C. (2003). As Relações de Poder na Família: um estudo de caso envolvendo a violência psicológica. Revista Psicologia Clínica, v. 15, n. 2, no prelo.

Greenwood, G. L. et al. (2002). Battering Victimization Among a Probability-Based Sample of Men Who Have Sex With Men. American Journal of Public Health, v. 92, n. 12, 1964-1969.

Hamberger, L. K. (1996). Intervention in Gay Male Intimate Violence Requires Coordinated Efforts on Multiple Levels. In: C. M. Renzetti e C. H. Miley (eds.). Violence in Gay and Lesbian Domestic Partnerships (pp. 83-91). New York: Harrington Park Press.

Helena, L. (1999). Violência doméstica assusta homossexuais. O Globo, Rio de Janeiro, 19 dez. 1999. p. 24.

Herek, G. M. (2000). The Psychology of Sexual Prejudice. Current Directions in Psychological Science, no prelo.

Island, D. & Letellier, P. (1990). The Scourge of Domestic Violence. Gay Book, v. 9, 14.

_____. (1991). Men Who Beat the Men Who Love Them: battered gay men and domestic violence. New York: Haworth Press Inc..

Jones, A. S. et al. (1999). Annual and Lifetime Prevalence of Partner Abuse in a Sample of Female HMO Enrollees. Women's Health Issues, v. 9, 295-305.

Kates, S. M. (1998). Twenty Million New Customers! Understanding Gay Men's Consumer Behavior. New York: Harrington Park Press.

Lehman, M. (1997). At The End Of The Rainbow: a report on gay male domestic violence and abuse. No Prelo.

Leland, J. (2000). Silence Ending About Abuse in Gay Relationships. The New York Times, November 6, 2000. p.1-4.

Letellier, P. (1994). Gay and Bisexual Male Domestic Violence Victimization: challenges to feminist theory and responses to violence. Violence and Victim, v. 9, 95-106.

_____. (1996). Twin Epidemics: domestic violence and HIV infection among gay and bisexual men. In C. M. Renzetti & C. H. Miley (eds.), Violence in Gay and Lesbian Domestic Partnerships (pp. 69-81). New York: Harrington Park Press.

Lundy, S. (1993). Abuse That Dare Not Speak Its Name: assisting victims of lesbian and gay domestic violence in Massachusetts. New England Law Review, v. 28, n. 2.

Margolies, L. et al. (1987). Internalized Homophobia: identifying and treating the oppressor within. In Boston Lesbian Psychologies Collective (eds.) Lesbian Psychologies – Explorations and Challenges. Chicago: University of Illinois Press.

Marrujo, B. & Kreger, M. (1996). Definition of Roles in Abusive Lesbian Relationships. In C. M. Renzetti & C. H. Miley (eds.), Violence in Gay and Lesbian Domestic Partnerships (pp. 23-33). New York: Harrington Park Press.

Mazzaro, M. (1999). Entre Dois Mundos: Entrevista com Roberto Da Matta. Sui Generis, n. 45, 25-27.

McKirnan, D. & Peterson, P. (1989). Alcohol and drug use among homosexual men and women: epidemiology and population characteristics. Addictive Behavior, 14, 545-553.

Merrill, G. S. (1996). Ruling the Exceptions: same-sex battering and domestic violence theory. In C. M. Renzetti & C. H. Miley (eds.), Violence in Gay and Lesbian Domestic Partnerships (pp. 9-21). New York: Harrington Park Press.

Merrill, G. S. & Wolfe, V. A. (2000). Battered Gay Men: an exploration of abuse, help seeking, and why they stay. Journal of Homosexuality, v. 39, n. 2, 1-30.

Mordcin, M. J. & Wyers, N. L. (1990). Lesbian and Gay Couples: where they turn when help is needed. Journal of Gay and Lesbian Psychotherapy, v. 1, 89-104.

Mott, L. (1996). Os Homossexuais: as vítimas principais da violência. In G. Velho & M. Alvito (orgs.). Cidadania e Violência (pp. 99-146). Rio de Janeiro: UFRJ/Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

_____. (2002). Violência Doméstica entre Casais Homossexuais. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.

_____. (2003). Assassinato de GLT no Brasil. Arquivos do Grupo Gay da Bahia. Comunicação pessoal.

Nunan, A. (2003). Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai.

Peplau, L. A. & Gordon, S. L. (1991). The Intimate Relationships of Lesbians and Gay Men. In J. N. Edwards & D. H. Demo. Marriage and Family in Transition (pp. 479-495). [S. L.]: Allyn and Bacon.

Plichta, S. B. & Weisman, C. S. (1995). Spouse or Partner Abuse, Use of Health Services and Unmet Need for Medical Care in US Women. Journal of Women's Health, v. 4, 45-54.

Ristock, J. (1994). And Justice For All?... The Social Context of Legal Responses to Abuse in Lesbian Relationships. Canadian Journal of Women and the Law, v. 7, n. 2.

Rodrigues, C. S. (2000). Homossexuais sofrem extorsões. O Globo, Rio de Janeiro, 9 set. 2000. p. 14.

Rosenbaum, A. & Maiuro, R. D. (1990). Perpetrators of Spouse Abuse. In R. T. Ammerman & M. Hersen (eds.). Treatment of Family Violence: a sourcebook (pp. 280-309). New York: John Wiley & Sons, Inc..

Sabino, C. (2000). Musculação: expansão e manutenção da masculinidade. In: M. Goldenberg (org.). Os Novos Desejos (pp. 61-103). Rio de Janeiro: Record.

Schraiber, L. B. et al. (2002). Violência Contra a Mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. Revista Saúde Pública, v. 36, n. 4, 470-477.

Simon, A. (1998). The Relationship Between Stereotypes of and Attitudes Toward Lesbians and Gays. In G. M. Herek (ed.). Stigma and Sexual Orientation: understanding prejudice against lesbians, gay men and bisexuals (pp. 62-81). California: Sage Publications.

Snow, K. (1992). The Violence At Home. The Advocate (L.A.), June 4, 1992, 60-63.

Straus, M. A. & Gelles, R. J. (1990). Physical Violence in American Families. New Jersey: Transaction Publishers.

Tjaden, P. et al. (1999). Comparing Violence Over the Life Span in Samples of Same-Sex and Opposite-Sex Cohabitants. Violence and Victim, v.14, 413-425.

Velloso, B. (1999). A Minoria Vai à Luta: Idéias e Opiniões Sobre Homossexualismo. Revista Época, n. 35.

Vickers, L. (1996). The Second Closet: domestic violence in lesbian and gay relationships: a Western Australian perspective. E Law – Murdoch University Electronic Journal of Law, v. 3, n. 4, 1-24.

Violence Against Women: a priority health issue. Department of Women's Health and Development. World Health Organization, 1997.

Waldner-Haugrud, L. K. et al. (1997). Victimization and Perpetration Rates of Violence in Gay and Lesbian Relationships: gender issues explored. Violence and Victim, v. 12, 173-184.

Walsh, F. (1996). Partner Abuse. In D. Davies & C. Neal (eds.). Pink Therapy: a guide for counselors and therapists working with lesbian, gay and bisexual clients (pp. 188-198). Buckingham: Open University Press.

Warters, B. (1989). Working With Gay Men Who Batter. Ending Men's Violence Newsletter, April, 1989, 1-3.

Waterman, C. K. et al. (1989). Sexual Coercion in Gay Male and Lesbian Relationships: predictors and implications for support services. Journal of Sex Research, v. 26, 118-124.

West, C. M. (1999). Leaving a Second Closet: outing partner violence in same-sex couples. In J. L. Jasinski & L. M. Williams (eds.). Partner Violence: a comprehensive review of 20 years of research (pp. 163-184). California: Sage Publications.

Wilke, M. (1998). Fewer Gays are Wealthy, Data Say. Advertising Age, v. 69, n. 42, 58.

Wilt, S. & Olson, S. (1996). Prevalence of Domestic Violence in the United States. Journal of American Medical Women's Association, v. 3, 77-82.

Wolfe, A. (1998). The Homosexual Exception. The New York Times Magazine, Feb. 8, 1998, sec. 6, col. 1. p. 46-47.

Zierler, S. et al. (2000). Violence Victimization After HIV Infection in a US Probability Sample of Adult Patients in Primary Care. American Journal of Public Health, v. 90, 208-215.

(*) Adriana Nunan – Doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Autora de *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

Título: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS HOMOSSEXUAIS:
O SEGUNDO ARMÁRIO?

Resumo:

O objetivo deste trabalho é discutir a violência doméstica que ocorre entre casais homossexuais, tanto masculinos quanto femininos. Não obstante existirem diferenças entre estes dois grupos, decorrentes, em parte, de suas distintas socializações de gênero, visamos destacar características comuns a estes tipos de relacionamentos, tais como a vivência de preconceito e a influência do HIV na dinâmica do casal. Abordamos, igualmente, os mitos que cercam este tema, desfazendo crenças populares como as de que “a agressão é sempre cometida por um homem contra uma mulher”, e de que “os homossexuais têm mais facilidade em terminarem seus relacionamentos do que casais heterossexuais”. Finalizamos o artigo discutindo o silêncio que cerca o problema da violência doméstica entre casais homossexuais, tanto da parte da sociedade mais ampla como do movimento homossexual, assim como a inexistência de serviços especializados para este setor da população.

Palavras-chave: Homossexualidade; Violência Doméstica; Preconceito.

Title: DOMESTIC VIOLENCE BETWEEN HOMOSEXUAL COUPLES:
THE SECOND CLOSET?

Abstract:

The objective of this work is to discuss domestic violence in male and female homosexual couples. Although we are aware of the existing differences between these two groups, due, in part, to their gender socialization, we strive to highlight characteristics common in these types of relationships, such as the experience with prejudice and the influence of HIV in the couple's dynamics. We approach, as well, the myths that surround this subject, undoing popular beliefs like the ones that pose that “violence is always committed by a man towards a woman”, and that “homosexuals can break up their relationships more easily than heterosexual couples”. The article ends with a discussion on the silence that surrounds the problem of homosexual domestic violence, both on the part of society as a whole and inside the homosexual movement, also tackling the issue of the lack of services available to this population.

Key words: Homosexuality; Domestic Violence; Prejudice.